

SEÇÃO

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
BIBLIOTECA



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXV — Nº 185

TERÇA-FEIRA, 25 DE SETEMBRO DE 1990

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	10021
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	10024
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	10026
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	10044
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	10080
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	10081
EDITAIS E AVISOS.....	10115

Supremo Tribunal Federal

Presidência

PORTARIA DE 21 DE SETEMBRO DE 1990

O MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, USANDO DA ATRIBUIÇÃO QUE LHE CONFERE O ARTIGO 36, DO REGULAMENTO DA SECRETARIA, E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA DO PROCESSO Nº 011785-4,

R E S O L V E conceder aposentadoria, nos termos dos artigos 176, item II e 184, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação que lhe deu a Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, combinados com o artigo 40, item III, alínea a, da Constituição Federal, ao funcionário MANUEL BELARMINO DA COSTA, Técnico Judiciário, Classe Especial, Código STF-AJ-021, Referência NS-25, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, observado o artigo 2º da Lei nº 7.753, de 14 de abril de 1989.

MINISTRO JOSÉ NÉRI DA SILVEIRA

EXPEDIENTE DO DIA 24 DE SETEMBRO DE 1990

ÍNDICE DE ADVOGADOS

CARLOS AUGUSTO RIBEIRO DA SILVA 1 0021194-6/160
SERGIO DE ARAGON FERREIRA 1 0004442-1/240

DISTRIBUIÇÃO

CENTESIMA OITAVA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, AUTOMATIZADA, REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1990, PRESIDENTE EXMO. SR. MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA (ART. 66 RISTF).

AS 17:00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, FORAM DISTRIBUIDOS OS SEGUINTE FEITOS, PELO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS:

CR 0005646-0/080 DF
JUST.RDG.: JUÍZO DE PEQUENAS CAUSAS CRIMINAIS DE ATENAS
REQDO : ANTONIO ALVES DE ANDRADE

DILIG. : CITACAO
REGISTRADO

MS 0021194-6/160 DF
RELATOR : MIN. CARLOS VELLOSO
IMPTE : EDSON KHAIR
ADV. : CARLOS AUGUSTO RIBEIRO DA SILVA E OUTRO
IMPDO : TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SE 0004442-1/240 DF
REQTE : VIRGINIA DORING
ADV. : SERGIO DE ARAGON FERREIRA E OUTROS
REQDO : FRIEDERICH KARL DÖRING
REGISTRADO

MINISTRO	REGISTR.	DISTR.	REDISTR.	TOTAL
MIN. PRESIDENTE	2			2
MIN. CARLOS VELLOSO		1		1
TOTAL	2	1		3

Brasília, 21 de setembro de 1990.

ALBERTO VERONESE AGUIAR
Diretor do Departamento Judiciário

MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA
Presidente do Tribunal

Plenário

Pauta de Julgamentos

PLENÁRIO

PAUTA Nº 39 - Elaborada nos termos do art. 83 do Regimento Interno, para julgamento, a partir da próxima sessão, contendo os seguintes processos:

RE 128.272-0 - DF
Rel.: Min. Paulo Brossard. Recte.: Luiz Carlos Sigmar Ringe Seixas (Adv.: Erasto Villa-Verde de Carvalho). Recdo.: Joaquim Domingos Roriz (Adv.: Pedro Gordilho e outros).

RE 128.273-8 - DF
Rel.: Min. Paulo Brossard. Recte.: Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB (Adv.: Arnaldo Versiani Leite Soares). Recdo.: Joaquim Domingos Roriz (Adv.: Pedro Gordilho e outros).

Brasília, 24 de setembro de 1990.

HÉRCELUS BONIFÁCIO FERREIRA
Secretário

ATA DA 26ª (VIGÉSIMA SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 1990

Presidência do Senhor Ministro Aldir Passarinho, na ausência justificada do Sr. Ministro Néri da Silveira, Presidente. Presentes os Senhores Ministros Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Célio Borja, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello e Marco Aurélio.

Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Moreira Alves, Paulo Brossard e Carlos Velloso.

Procurador-Geral da República, o Dr. Affonso Henriques Prates Correia, substituto.

Secretário, o Dr. Hércelus Bonifácio Ferreira.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

Julgamentos

MI 60-3 - DF (AgRq)

Rel.: Min. Marco Aurélio. Agtes.: Antonio Vieira de Souza e outro (Adv.: Eury Pereira Luna Filho). Agdo.: Presidente da República.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo. Plenário, 12.09.90.

MI 77-8 - DF (AgRq)

Rel.: Min. Marco Aurélio. Agtes.: Abraão Pereira de Souza e outros (Adv.: Eury Pereira Luna Filho). Agdo.: Presidente da República.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo. Plenário, 12.09.90.

Extr 483-2 - Argentina

Rel.: Min. Célio Borja. Repte.: Governo da Argentina. Extraditando: Carlos Rangel Di Napoli (Adv.: Luiz Antonio Pimentel e José Eduardo Rangel de Alckmin).

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, deferiu a extradição. Plenário, 12.09.90.

Extr 517-1 - República Portuguesa

Rel.: Min. Célio Borja. Repte.: Governo de Portugal. Extraditando: Fernando Cardoso de Sousa (Adv.: José Sérgio Toledo e outra).

Decisão: Após o voto do Sr. Ministro-Relator deferindo a extradição mas com as limitações constantes do seu voto, pediu vista dos autos antecipadamente o Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. Plenário, 12.09.90.

Extr 518-9 - Confederação Suíça (Questão de Ordem)

Rel.: Min. Sepúlveda Pertence. Repte.: Governo da Suíça. Extraditando: Silvio Jean Salvatore de Lindegg (Adv.: Weber Wilson Índio do Brasil).

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, apreciando questão de ordem suscitada pelo Sr. Ministro-Relator, indeferiu o pedido. Plenário, 12.09.90.

AR 1.315-8 - DF

Rel.: Min. Octavio Gallotti. Rev.: Min. Célio Borja. Autor: Francisco Soares Leitão (Adv.: Eugênio Antinoro e Deli Silva). Ré: Caixa Econômica Federal - Filial de Brasília (Adv.: Márcio Bruno Von Sperling, Márcio de Assis Borges e outros).

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente a ação, condenando o autor nas custas e honorários de advogado, no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros), corrigidos monetariamente, e reversão, em favor do réu, do depósito efetuado. Plenário, 12.09.90.

AR 1.327-1 - RJ

Rel.: Min. Octavio Gallotti. Rev.: Min. Célio Borja. Autor: Ivan Balbi (Adv.: Odney Bittencourt da Costa e outro). Ré:

Casas Sendas Comércio e Indústria S/A (Adv.: Aloysio Pinheiro de Vasconcellos e outros).

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencidos os Srs. Ministros Relator e Marco Aurélio, decidiu haver decadência do direito de ação rescisória, cominando em desfavor do autor as custas processuais e honorários advocatícios, estes no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros). Plenário, 12.09.90.

SE 4.125-1 - EUA

Rel.: Min. Célio Borja. Repte.: Caio Graco Marques (Adv.: Alcino Guedes da Silva e outros). Regda.: Dagmar Silva Marques, em solteira Dagmar Silva (Adv.: Hans Greve).

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, indeferiu a homologação da sentença estrangeira, por irregularidade na citação, e de terminou a comunicação dos fatos relativos à citação à Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Plenário, 12.09.90.

MS 21.143-1 - DF (AgRq)

Rel.: Min. Marco Aurélio. Agte.: Raimundo Nascimento da Conceição (Adv.: Joaquim Portes de Cerqueira Cesar e outro). Agdo.: Presidente da República.

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencido o Sr. Ministro-Relator, deu provimento ao agravo a fim de que prossiga o andamento do mandado de segurança até o seu final julgamento. Plenário, 12.09.90.

HC 68.210-3 - RS

Rel.: Min. Sepúlveda Pertence. Pte.: Olindo Feldkircher. Impte.: Jabs Paim Bandeira. Coator: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Decisão: Após o voto do Sr. Ministro-Relator deferindo a ordem para anular o acórdão, a fim de que outro julgamento seja realizado, e determinando a soltura do paciente, o julgamento foi adiado em virtude do pedido de vista do Sr. Min. Marco Aurélio. Plenário, 12.09.90.

Brasília, 12 de setembro de 1990.

HÉRCULUS BONIFÁCIO FERREIRA
Secretário

Departamento Judiciário

Despachos

PROCESSOS DIVERSOS

AOR. 4-1-PE

Autores: Francisco Alves dos Santos Júnior e outros (Adv.: Maria do Socorro Lima Lapenda). Ré: União Federal.

Vistos, etc.

1. Após o ajuizamento da presente ação ordinária, ocorrido em 27 de julho de 1988, deu-se a edição de diplomas legais fixando vencimentos para a magistratura e cogitando, ainda, da revisão dos valores na mesma data e no mesmo percentual estabelecido para os servidores da União. Por outro lado, a Lei nº 7.923/89, resultante da conversão da Medida Provisória nº 106, contemplou, mediante o preceito do artigo 1º, a reposição salarial de 26,06%. Destarte, pronunciem-se os Autores sobre a repercussão da citada legislação no caso dos autos, isto sob o ângulo da prejudicialidade.

2. Publique-se.

Brasília, 4 de setembro de 1990.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator

AR 938-0-MS

Autores: Francisco Raimundo do Prado e outros (Adv.: Walter Ribeiro Valente e outro). Réus: Epaminondas Garcia de Freitas, s/mulher Amélia Rosa de Freitas e outros (Adv.: Ernesto Pereira Borges e outro). Litisconsortes Passivos: Estado de Mato Grosso do Sul, João Batista de Oliveira e sua mulher, Maria Batista de Lima (Adv.: José Arcy Cardoso Gonçalves e outras), Antônio Garcia de Freitas Neto e s/ mulher Jurene Miranda de Freitas (Adv.: Lourdes Maria Celso do Valle), Nelson Ferreira da Cunha e s/ mulher Eugênia Ferreira da Cunha e outros (Adv.: Ernesto Pereira Borges e outro). Litisdenunciados: Benvindo Araújo de Lima, Iria Fontoura Charão, Olegário Gonçalves de Oliveira e s/ mulher, Odália Lemos de Oliveira.

Vistos, etc.

1. O ilustre Subprocurador-Geral da República, Dr. José Rodrigues Ferreira, com a aprovação do Procurador-Geral da República em exercício, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, suscitou, à folha 508, nos itens 19 e 20, questão preliminar que teve ensejo com o desmembramento do Estado de Mato Grosso, considerando, para tanto, o que dispõe a Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, no artigo 21:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
Fax: (061) 225-2046
CGC/MF: 00394494/0016-12

CEZAR BADO
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I
Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSE EDMAR GOMES
Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 18 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

	Diário Oficial		Diário da Justiça	
Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
FORTE:	Cr\$ 2.455,20	Cr\$ 1.254,00	Cr\$ 4.501,20	Cr\$ 2.455,20

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
Telefone: (061) 321-5566 - R. 309/305 ou (061) 226-2586
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, de Material Eletrônico e de Informática de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende e Itatiaia apresentou Reclamação Correicional contra o Egrégio Segundo Grupo de Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, que teria dado provimento a agravo regimental para cassar liminar concedida em ação cautelar. Entende o Sindicato-Requerente que a concessão de liminar constitui despacho de mero expediente e que, por esta razão não comportaria recurso. Em sua exordial apresenta arestos e invoca o artigo 504 do Código de Processo Civil em defesa de sua tese. Por fim, requer liminar para "Declarar a inadmissibilidade do Agravo Regimental interposto, restabelecendo-se, de consequência, a liminar concedida pelo Juiz Narciso Gonçalves dos Santos, nos autos do Processo nº TRT-EP-08/90", e, ao final, seja a presente julgada procedente". (fls. 12/13). Pelo despacho de fls. 41 o então Ministro Corregedor Geral da Justiça do Trabalho indeferiu a liminar pleiteada, nos seguintes termos: "A hipótese é diversa daquela retratada nos precedentes. Versa cassação de liminar deferida em demanda cautelar. Com este registro, indefiro a liminar". Foram solicitadas as informações de praxe (fls. 43) tendo o ilustre Presidente do Egrégio Segundo Grupo de Turmas do TRT da 1ª Região, Juiz Feliciano Mathias Netto, prestado as seguintes informações: "Atendendo ao r. despacho proferido por V.Exa. no processo TST-RC-7093/90, em que é requerente SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO, DE MATERIAL ELETRÔNICO E DE INFORMÁTICA DE BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE E ITATIAIA e requerido o SEGUNDO GRUPO DE TURMAS DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO, tenho a honra de submeter à apreciação de V.Exa. as informações que se seguem: I - Em sessão realizada em 24/08/90, o Egrégio Tribunal Pleno julgou improcedente a arguição de Inconstitucionalidade da disposição do Regimento Interno do Tribunal, constante da letra "d" do artigo 161, que estabelece ser cabível Agravo Regimental da decisão do Relator que contende ou denega medida liminar. II - Em 09/02/90, o requerente propôs a Ação Rescisória nº 13/90, distribuída ao Exmo. Sr. Juiz Narciso Gonçalves dos Santos, objetivando desconstituir acórdão prolatado pela E. 3ª Turma deste Regional, nos autos do RO-1717/87. III - Em 12/03/90, por dependência, requereu, também, a Medida Cautelar Inominada (TRT-EP-08390), com pedido de liminar, para impedir o prosseguimento da execução de crédito oriundo do título judicial que pretende rescindir. IV - Entendeu o ilustre Juiz Relator em deferir apenas parcialmente a liminar requerida, "por considerar satisfatório do interesse cautelar o adiantamento da execução apenas no tocante à obrigação de dar (pagamento dos créditos vencidos) e, mesmo assim, após a garantia do crédito pelo depósito ou pela penhora, prosseguindo-se quanto à reintegração". V - Inconformado, Carlos Augusto Coimbra de Mello, requerido na MCI e réu na AR - interpôs, tempestivamente, Agravo Regimental. VI - Face ao posicionamento supra (I), em 29 de março de 1990, o Exmo. Sr. Juiz Relator, apresentou o Agravo Regimental em mesa, sendo, por unanimidade, dado provimento ao mesmo, para cassar a liminar concedida pelo Relator, que sobreteu a execução. VII - Complementando as informações, submeto à apreciação de V.Exa. cópia da certidão de julgamento e do v. acórdão proferido pelo Segundo Grupo de Turmas no Agravo Regimental." (fls. 44/46).

É o relatório.

I - O ato atentatório da boa ordem processual seria o acórdão referente ao processo TRT-EP-08/90 - Agravo Regimental, constante de fls. 35/38 e repetido a fls. 48/51. Ocorre que, conforme consta de fls. 38 verso, tal decisão foi publicada no Diário Oficial de 18.04.1990, enquanto a Reclamação Correicional só foi protocolada a 16 de maio de 1990. Ora, nos termos do artigo 9º do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a apresentação de reclamações referentes a correições parciais em autos para corrigir erros e abusos contra a boa ordem processual e que importem em alteração a fórmulas legais de processo, deverá ser feita no prazo de 5 (cinco) dias, enquanto que, nestes autos, esse prazo foi ultrapassado de muito, conforme demonstrado acima. Ante essa situação, o pedido é manifestamente intempestivo.

II - Por estes fundamentos, NÃO CONHEÇO DA PRESENTE RECLAMAÇÃO CORREICIONAL REQUERIDA PELO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS, DE MATERIAL ELÉTRICO, DE MATERIAL ELETRÔNICO E DE INFORMÁTICA DE BARRA MANSA, VOLTA REDONDA, RESENDE E ITATIAIA, CONTRA O EGRÉGIO 2º GRUPO DE TURMAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO, POR TER SIDO MANIFESTADA INTIMPESTIVAMENTE.

III - Intime-se, publique-se e remeta-se cópia do inteiro teor desta decisão à Autoridade Reclamada.

Brasília, 20 de setembro de 1990

MINISTRO ORLANDO TEIXEIRA DA COSTA
Corregedor-Geral

RECLAMAÇÃO CORREICIONAL

PROCESSO TST-Nº 20717/87.3

REQUERENTE : VILOBALDO MIRALHA ALVES
REQUERIDO : T.R.T DA 5ª REGIÃO
ASSUNTO : CELERIDADE PROCESSUAL

VILOBALDO MIRALHA ALVES, em 27 de outubro de 1987, através de correspondência enviada à esta Corregedoria Geral, solicitou que fossem procedidas diligências junto ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, no sentido de agilizar o julgamento da Matéria Administrativa Nº 05/86, protocolada sob o nº 003205, em 30.07.86. Foi determinada a autuação do pedido como reclamação correicional pelo Exmo. Sr. Ministro Corregedor-Geral de então, que solicitou informações ao ilustre Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, através do OF.CGJT. Nº 190/87. Entretanto, até o presente momento, não foram prestadas as informações solicitadas.

É o relatório.

I - O pedido desta Correição Parcial versa sobre "Matéria Administrativa". É o que consta da correspondência do interessado.

Não cabe, entretanto, a esta Corregedoria Geral, imiscuir-se nos assuntos administrativos dos Tribunais Regionais, que gozam, para isso, de absoluta autonomia em relação a este Órgão. A ordem processual que deve ser preservada pela Corregedoria Geral é a dos processos judiciais. É o que se deduz do artigo 709 da Consolidação das Leis do Trabalho e do artigo 96 da Carta Magna.

II - Em face do exposto, NÃO CONHEÇO DA PRESENTE RECLAMAÇÃO CORREICIONAL REQUERIDA CONTRA O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, POR SER INCABÍVEL NA ESPÉCIE.

III - Intime-se, publique-se e remeta-se cópia do inteiro teor desta decisão ao Exmo. Sr. Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região.

Brasília, 20 de setembro de 1990

MINISTRO ORLANDO TEIXEIRA DA COSTA
Corregedor-Geral

PROCESSO SEM NÚMERO, AUTUADO A PRIMEIRO DE DEZEMBRO DE 1987.

Interessado: ARMANDO GOMES DE MORAES

Assunto : Apresenta reclamação contra a 31ª JCJ do Rio de Janeiro.

Através de correspondência enviada ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ARMANDO GOMES DE MORAES solicitou providências no sentido de agilizar o andamento de reclamação trabalhista de seu interesse, proposta perante a 31ª Junta de Conciliação e Julgamento do Rio de Janeiro. Embora conste dos autos "Silvia responder De Ordem", o Ministro Corregedor Geral de então é que oficiou ao Presidente do 1º Regional, solicitando para "verificar o ocorrido com a Reclamatória de Armando Gomes de Moraes". Respondendo, o Exmo. Sr. Juiz Presidente daquela Egrégia Corte enviou ofício vazado nos seguintes termos: "Senhor Ministro, em atendimento ao ofício dessa Corregedoria de nº 03/88, datado de 03 de fevereiro de 1988, lamento informar a V. Exa. que o Of. CGJT nº 220/87, de 02 de dezembro de 1987, até a presente data não chegou a este Regional, razão pela qual não foi devidamente atendido. Apenas, para complementação venho informar a V. Exa. que nada existe neste Tribunal com respeito a um reclamante denominado ARMANDO GOMES DE MORAES. Houve, sim, uma precatória nº 355/87, de Nova Friburgo, cujas partes são ARMANDO GUARILHA DE MORAES e H. D. CONSTRUTORA, cumprida em 15 de julho de 1987. Restrito ao assunto, subscrevo-me, Atenciosamente, J. T. VIANNA CLEMENTINO, Juiz Presidente." Vieram-me os autos conclusos nesta data, 19.09.1990.

É o relatório.

I - O pedido foi autuado como reclamação correicional, constante da capa, como assunto, "Apresenta reclamação contra a 31ª JCJ do Rio de Janeiro". Ora, o poder de decisão correicional deste Órgão é "contra os atos atentatórios da boa ordem processual praticados pelos Tribunais Regionais e seus presidentes" (art. 709, II, da CLT), nunca contra atos de Presidentes de Juntas de Conciliação e Julgamento. Além do mais, conforme consta dos autos, o processo a que se refere o requerente não foi localizado, pois nada se encontrou em seu nome, no Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região. Logo, ante a impossibilidade de apurar os fatos alegados no pedido, não pode esta Correição Parcial ser julgada procedente.

II - Por estes fundamentos, JULGO IMPROCEDENTE A RECLAMAÇÃO CORREICIONAL REQUERIDA POR ARMANDO GOMES DE MORAES, VISANDO A OBTENÇÃO DA SOLUÇÃO DO SEU PROCESSO EM TRAMITAÇÃO NA PRIMEIRA REGIÃO.

III - Intime-se e publique-se, remetendo cópia do inteiro teor desta decisão ao Exmo. Sr. Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região.

Brasília, 20 de setembro de 1990

MINISTRO ORLANDO TEIXEIRA DA COSTA
Corregedor-Geral

RECLAMAÇÃO CORREICIONAL

PROC. TST-RC-25259/86.3

Requerente: EWALDO OTTO KOCH

Em 2 de dezembro de 1986 Ewaldo Otto Koch peticionou ao Exmo. Sr. Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho no teor que abaixo transcreveremos. Aquela digna autoridade encomendou o requerimento a esta Corregedoria, onde foi autuado como Reclamação Correicional. O peticionário pleiteia certidão de julgamento proferido por esta Corte em reclamatória trabalhista de sua autoria, dizendo o seguinte: "Em 05.12.83, no processo em referência (Proc. nº TST 23.396/83 - parênteses nosso), o abaixo assinado pediu CORREÇÃO ao Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça do Trabalho das iniquidades cometidas no Judiciário Trabalhista, onde foi julgada PROCEDENTE sua reclamação de anotação de CTPS (Proc. nº DRT/RJ 52.591/67 de 26.9.67) em 08.7.1968 com trânsito em julgado em 20.9.68 e determinação judicial do Exmo. Sr. Juiz prolator anotando a Secretaria da JCJ na CTPS antes mencionada a vigência do seu contrato de trabalho em 21.11.69, iniciado em 04.6.63; a Reclamada não cumpriu a condenação da prolatada sentença - o que levou à determinação de anotação judicial - não paga salários e nem fornece comandos de trabalho conforme detalha o pedido inicial. II - Em 20.11.84 no Processo nº TST 22.020/84 pediu ao Exmo. Sr. Diretor-Geral da Secretaria deste Colendo Tribunal Superior do Trabalho, CERTIDÃO da publicação no D.J. sobre o epígrafado processo. III - Em 09.1.85, pelos processos TST 291-8, TST 292-5, TST 293-3 e TST 294-0 o signatário solicitou alteração para atualização de seu endereço residencial e domiciliar dos processos de seu interesse neste Colendo Tribunal Superior do Trabalho. Respostivamente: TST AR 04/77, TST 18.046/81, TST 23.396/83 e TST 22.020/84. IV - Em 20.3.85 reiterou via Telex o pedido de Certidão ao mesmo Diretor que se refere o item II acima. V - Em 17.6.85 pelo processo TST 12.924-6 endereçado ao Exmo. Sr. Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, o signatário renovou o pedido de Certidão efetua-

do no processo que o item II desta petição menciona. VI - Como até a presente data não conseguiu obter resposta, sequer da MM Corregedoria, R E Q U E R de V.Exa. se digna mandar passar POR CERTIDÃO — para fins de Justiça e de Direito — atendendo o pedido TST 22.020/84" (fls. 02/03). O Exmo. Sr. Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, à época, através do Ofício CGJT nº 70/87 (fls. 04/5) expôs ao requerente as dificuldades apresentadas na busca dos autos dos processos em discussão, que demonstrou-se infrutífera e, a fim de solucionar o pedido, solicitou ao requerente, diversas informações. Em 11.11.87 foi juntado aos autos telex do peticionário acusando o recebimento do indigitado ofício desta Corregedoria e anunciando que, tão logo fossem coligidos dos documentos necessários, encaminharia as informações solicitadas. De lá para cá, ficaram os autos aguardando a iniciativa do interessado, sem qualquer resultado.

É o relatório.

I - O poder de correção deste órgão é exercido "com relação aos Tribunais Regionais e seus presidentes" (art. 709, I, da CLT), não se estendendo à Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho. Por outro lado, os pedidos de correção devem visar "atos atentatórios da boa ordem processual" (art. 709, II da CLT). In casu, o que se pretende, é obter uma certidão de julgamento não proferido por esta Corregedoria. Não vemos, pois, como atender ao peticionário, quando o requerimento visa a consecução de um ato que não cabe a este órgão.

II - Em face do exposto, NÃO CONHEÇO DO PEDIDO DE EWALDO OTTO KOCH, AUTUADO COMO RECLAMAÇÃO CORREICIONAL, POR NÃO SER ATRIBUIÇÃO DESTA CORREGEDORIA O FORNECIMENTO DE CERTIDÕES DE JULGAMENTO PROFERIDO PELO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

III - Intime-se e publique-se.

Brasília, 20 de setembro de 1990

MINISTRO ORLANDO TEIXEIRA DA COSTA
Corregedor-Geral

Superior Tribunal Militar

Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO
PUBLICAÇÃO PARA CONHECIMENTO DO INTERESSADO
AGRAVO REGIMENTAL IN EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 134-3 (DF)

Agravante: ROBERTO BOSSIO, 1º Ten Aer.

Agravado: O Despacho do Exmo. Sr. Ministro-Relator Gen Ex HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, de 21/08/90.

D E S P A C H O

O ora agravante, 1º Tenente da Aeronáutica ROBERTO BOSSIO, foi a julgamento nesta E. Corte, em Sessão de 20 de março de 1990, em razão do Conselho de Justificação nº 134-5 (DF), do qual fui Relator, tendo lavrado o Acórdão de fls. 662 "usque" 828.

O referido Aresto foi publicado na forma da lei.

Irresignado com aquele "Decisum", o Agravante opôs Embargos Declaratórios, intempestivamente, pelo que não prosperaram no juízo de admissibilidade, conforme Despacho de Fls. 835/836.

O Decisório "in casu" foi publicado no Diário da Justiça de 27 de agosto próximo passado, página 8347, conforme certificou a Diretoria Judiciária desta Corte, às fls. 837, verso.

Inconformado, o 1º Tenente ROBERTO BOSSIO, no dia 04 de setembro subsequente, interps o presente Agravo Regimental, com fulcro no art. 140, do Regimento Interno do Superior Tribunal Militar.

Conforme ficou explicitado, o "Decisum" ora agravado veio a público, na íntegra, no Diário da Justiça de 27 de agosto do corrente ano, uma segunda-feira. Contando-se a partir dessa data o quinquídio fixado no art. 140, do Regimento Interno do Superior Tribunal Militar, para a interposição de Agravo Regimental, tem-se que no dia 1º de setembro completou-se o prazo fatal, que, por ter caído em dia não útil, sábado, transferiu-se para o primeiro dia útil subsequente, "ex vi" do art. 65, do Regimento Interno do Superior Tribunal Militar, ou seja, a segunda-feira, dia 03 de setembro próximo passado.

O presente Agravo Regimental deu entrada e foi protocolado no neste Tribunal somente no dia 04 de setembro, sendo certo que não houve feriado durante todo o período de interesse, portanto, o 1º Tenente ROBERTO BOSSIO, mais uma vez, manifestou-se fora do prazo legal, do que resulta, forçosamente, o não conhecimento do presente recurso.

O Egrégio Supremo Tribunal Federal, a unanimidade de votos de sua 1ª Turma, em recentíssimo julgado, cuja publicação do Acórdão se deu no Diário da Justiça de 14 de setembro último, página 9425, nos autos do Agravo Regimental "in" Agravo de Instrumento nº 128.990-2 (SP), assim se manifestou quanto a espécie em sua lapidar Ementa, "in" verbis:

"Os recursos, ordinários e extraordinários, estão sujeitos a juízo de admissibilidade que tem por objeto de incidência os pressupostos recursais de caráter objetivo e de natureza subjetiva. Ausentes tais requisitos, torna-se, o recurso, insuscetível de ser conhecido.

A tempestividade dos recursos constitui um de seus pressupostos genéricos de ordem objetiva e impõe ao órgão judiciário "ad quem" o exercício, em caráter inderrogável, do poder de controle sobre a sua admissibilidade.

O desatendimento a essa condição genérica, comum a todas as formas de impugnação recursal, inviabiliza, por completo, a possibilidade de reexame do ato judicial recorrido.

Este entendimento encontra-se de tal maneira sedimentado que, somente nos últimos dois anos, o Pretório Excelso não conheceu, por intempestividade, os seguintes Agravos Regimentais: "in" Agravos de Instrumentos nºs. 127.828 (RJ), 123.994 (SP), 128.975 (RJ), 130.116 (SP), 132.179 (SP), 134.493 (SP) e 134.504 (SP); "in" Mandados de Segurança nºs. 020.817 (DF), 020.873 (SP) e 020.888 (SP).

Ex Positis 1. Não admito o presente Agravo Regimental, por intempestivo, com fulcro no art. 18, inciso VII, c/c o art. 140, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal Militar.

2. Publique-se para conhecimento do interessado.

Brasília, 18 de setembro de 1990.

Gen Ex HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA
Ministro-Relator

Secretaria do Tribunal Pleno

ATA DA 59ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA), EM 19 DE SETEMBRO DE 1990-QUARTA-FEIRA
PRESIDÊNCIA DO MINISTRO ALMIRANTE-DE-ESQUADRA RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO
SUBPROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR: DR PAULO DUARTE FONTES
SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO: DRª SUELY MATTOS DE ALENCAR

Compareceram os Ministros Antônio Carlos de Seixas Telles, Roberto Andersen Cavalcanti, Paulo César Cataldo, George Belham da Motta, Aldo Fagundes, Jorge José de Carvalho, Luiz Leal Ferreira, Haroldo Erichsen da Fonseca, Jorge Frederico Machado de Sant'Anna, Everaldo de Oliveira Reis, Cherubim Rosa Filho, Wilberto Luiz Lima, Antonio Carlos de Nogueira e Eduardo Pires Gonçalves.

Às 13:30 horas, havendo número legal, foi aberta a Sessão.

Lida, e sem debate, foi aprovada a Ata da Sessão anterior.

Foram relatados e julgados os seguintes processos:

- APELAÇÃO 46.136-3 - Distrito Federal. Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. APELANTE: ANTONIO VAR GEM BRITO, Sd Ex, condenado a seis meses e doze dias de prisão, incurso no artigo 187, combinado com o artigo 72, inciso I, ambos do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho de Justiça do 43º Batalhão de Infantaria Motorizado, de 05 de junho de 1990. Adv Dr Alexandre Lobão Rocha. - POR MAIORIA, o Tribunal, preliminarmente, declarou nulo o processo ab initio, com fundamento no artigo 500, III; "i", concedendo HC, de ofício, na forma do artigo 470, por entender que não há justa causa para a renovação do processo, por constituir-se constrangimento ilegal, na forma do artigo 467, letra "c", todos dispositivos do CPPM, determinando o trancamento da instrução provisória, e arquivando-se os autos. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA fundamentou seu voto de acordo com o artigo 500, IV, do CPPM. Os Ministros LUIZ LEAL FERREIRA e ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI rejeitaram a preliminar.

- APELAÇÃO 46.114-2 - São Paulo. Relator Ministro Haroldo Erichsen da Fonseca. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. APELANTE: WILSON FÁBIO DAVID, 3º Sgt Temp Ex, condenado a nove meses de prisão, incurso no artigo 187 do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho de Justiça do 37º Batalhão de Infantaria Motorizado, de 25 de junho de 1990. Adv Dr Paulo Aparecido Cardoso dos Santos. - POR MAIORIA, o Tribunal, preliminarmente, anulou o feito a partir de fls 75, com base no artigo 500, inciso IV, do CPPM, remetendo-se os autos ao representante do MP junto à Auditoria de origem para os fins de direito, determinando a expedição de alvará de soltura (artigo 453 do CPPM), se por aí não estiver preso. O Ministro EVERALDO DE OLIVEIRA REIS anulou o processo, ab initio, por falta de formalidade legal (500, inciso IV, do CPPM), concedendo HC de ofício para trancar a instrução provisória. Os Ministros LUIZ LEAL FERREIRA e ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI rejeitaram a preliminar.

- APELAÇÃO 46.112-6 - Distrito Federal. Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. APELANTE: IBRAMAR GUIMARÃES DA SILVA, Sd Ex, condenado a nove meses de prisão, incurso no artigo 187, combinado com o artigo 72, ambos do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho de Justiça do 32º Grupo de Artilharia de Campanha, de 14 de maio de 1990. Advª Drª Elizabeth Diniz Martins Souto. - POR MAIORIA, o Tribunal, preliminarmente, anulou o processo a partir de fls 27, inclusive, com fundamento no artigo 500, inciso III, letra "i", do CPPM, remetendo-se os autos ao representante do MP junto à Auditoria de origem para os fins de direito, determinando a expedição de alvará de soltura (artigo 453 do CPPM), se por aí não estiver preso. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA fundamentou seu voto de acordo com o artigo 500, inciso IV, do CPPM. Os Ministros LUIZ LEAL FERREIRA e ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI rejeitaram a preliminar. O Ministro EVERALDO DE OLIVEIRA REIS anulou o processo, ab initio, por falta de formalidade legal, com fulcro no artigo 500, inciso IV, do CPPM, concedendo HC de ofício para trancar a instrução provisória, arquivando o processo.

- APELAÇÃO 46.123-1 - Rio Grande do Sul. Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. APELANTE: LUIS SERGIO DOS SANTOS, Sd Ex, condenado a seis meses de prisão, incurso no artigo 187, combinado com o artigo 72, inciso I, do CPM. APELADA: A Sentença do Conselho de Justiça do 19º Batalhão de Infantaria Motorizado, de 13 de junho de 1990. Advª Drª Nadja Maria Guerra Rodrigues. - POR MAIORIA, o Tribunal acolheu a preliminar suscitada pela Defesa para anular o processo a partir de fls 33, determinando a remessa dos autos ao representante do MP junto à Auditoria de origem, para os fins de direito, expedindo-se o competente alvará de soltura, na conformidade do artigo 453 do CPPM, se por aí não estiver preso. Os Ministros ALDO FAGUNDES e EVERALDO DE OLIVEIRA REIS anularam o processo ab initio, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, determinando o arquivamento dos autos. Os Ministros ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI e LUIZ LEAL FERREIRA rejeitaram a preliminar. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA anulou o processo ab initio, com base no artigo 500, IV, do CPPM.

- APELAÇÃO 46.142-8 - Pará. Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Telles. APELANTE: FRANCISCO COSTA

ME FILHO, Sd Ex, condenado a seis meses de prisão, incurso no artigo 188 do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do 52º Batalhão de Infantaria de Selva, de 18 de junho de 1990. Advª Drª Suely Pereira Ferreira. - **POR MAIORIA**, o Tribunal, preliminarmente anulou o processo a partir de fls 28, determinando a remessa dos autos ao representante do MP junto à Auditoria de origem, para os fins de direito, expedindo-se alvará de soltura, ex vi do artigo 453 do CPPM, se por aí não estiver preso. Os Ministros ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI e LUIZ LEAL FERREIRA rejeitaram a preliminar suscitada. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA declarou nulo o processo **ab initio**, com fulcro no artigo 500, IV, do CPPM. Os Ministros ALDO FAGUNDES e EVERALDO DE OLIVEIRA REIS anularam o processo **ab initio**, concedendo HC, de ofício, para trancar a instrução provisória, determinando o arquivamento do feito.

- **APELAÇÃO 46.151-7** - Rio de Janeiro. Relator Ministro Cherubim Rosa Filho. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. **APELANTE:** JOSÉ RENATO DA SILVA, Sd Ex, condenado a quatro meses de detenção, incurso no artigo 187 do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho de Justiça do 1º Regimento de Carros de Combate, de 21 de junho de 1990. Advª Drª Lúcia Maria Lobo. - **POR MAIORIA**, o Tribunal acolheu a preliminar suscitada pela Defesa, para declarar nulo o processo **ab initio**, com fulcro no artigo 500, inciso III, letra "i", do CPPM, concedendo Habeas Corpus, de ofício, com o trancamento da instrução provisória. O Ministro GEORGE BELHAM DA MOTTA anulou o processo **ab initio**, com base no artigo 500, inciso IV, do CPPM. Os Ministros ROBERTO ANDERSEN CAVALCANTI e LUIZ LEAL FERREIRA rejeitaram a preliminar.

- **RECURSO CRIMINAL 5.932-1** - Amazonas. Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. **RECORRENTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à Auditoria da 12ª CJM. **RECORRIDA:** A Decisão do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 12ª CJM, de 16 de abril de 1990, que ordenou a soltura do 3º Sgt FN JORGE BATISTA DE FARIAS, relaxando assim sua custódia, ex vi do artigo 43, inciso III, da LOJM. Adv. Dr. Jedier de Araujo Lins. - **POR MAIORIA**, o Tribunal deu provimento ao recurso, para cassar a decisão impugnada. Os Ministros ANTONIO CARLOS DE SEIXAS TELLES, GEORGE BELHAM DA MOTTA, PAULO CÉSAR CATALDO, JORGE JOSÉ DE CARVALHO, ALDO FAGUNDES e ANTONIO CARLOS DE NOGUEIRA não conheceram do Recurso Criminal, por entenderem que não está elencado entre as letras do artigo 516 do CPPM o fato da concessão de relaxamento da prisão em flagrante, concedendo HC, de ofício, na forma do artigo 470, com fundamento na letra "f" do artigo 467, por ter excedido quase o dobro do prazo, previsto no artigo 490, para o término da instrução criminal, todos os artigos do CPPM. O Ministro PAULO CÉSAR CATALDO fará declaração de voto.

- **APELAÇÃO 45.989-8** - Mato Grosso do Sul. Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** EVALDO DOS SANTOS SILVA, Sd Ex, condenado a um ano de detenção, incurso no artigo 206, combinado com o artigo 33, inciso II, ambos do CPM, com o benefício da suspensão condicional da pena pelo prazo de dois anos. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 9ª CJM, de 18 de janeiro de 1990. Advs Drs Jorge Antônio Siufi e Nadir Vilela Gaudioso. - **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal negou provimento ao apelo, mantendo a Sentença recorrida.

- **APELAÇÃO 46.049-9** - Rio de Janeiro. Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Aldo Fagundes. **APELANTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria de Marinha da 1ª CJM, de 15 de março de 1990, que absolveu o Cb Mar MARCOS ETELVINO DA SILVA, do crime previsto no artigo 190 do CPM. Advªs Drªs Eliane Ottoni de Luna Freire e Tania Sardinha Nascimento. (**SESSÃO SECRETA**).

- **APELAÇÃO 46.071-3** - Pará. Relator Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Revisor Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. **APELANTE:** AGNALDO DE LIMA SANTOS, Sd Ex, condenado a um ano de reclusão, incurso no artigo 290, combinado com o artigo 72, inciso I, ambos do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 8ª CJM, de 10 de abril de 1990. Advs Drs José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Jr, Suely Pereira Ferreira e Sonia Yara de Britto Carvalho. - **POR UNANIMIDADE**, o Tribunal negou provimento ao apelo da Defesa, mantendo a Sentença recorrida.

A Sessão foi encerrada às 18:15 horas.

Processos em mesa:

Embargos 45.621-3(RA/AF)Aud 6ª proc 10/88-4 Adv Luiz Humberto Agle
Apelação 45.626-2(RA/AF)Aud 11ª proc 504/89-7 Adv Adhemar M. de Moura
Apelação 45.635-1(RA/PC)3ª proc 501/89-0 Advªs Marizá P. Couto e outra
Apelação 46.048-0(LL/AN)Aud 11ª proc 521/90-2 Advª Elizabeth D.M. Souto
Apelação 46.020-9(AF/RA)3ª proc 02/90-0 Advªs Jobim Neto/outra
Apelação 45.849-2(LL/PC)Aud 12ª proc 02/88-8 Advªs Marcos A.M. Afonso/outra
Apelação 45.950-4(LL/PC)Aud 12ª proc 525/89-0 Adv Benedito J.P. Tavares
Embargos 19-8(WL/AN)2ª/3ª Adv Marcelo Martinelli
Apelação 46.032-2(WL/PC)Aud 11ª proc 39/89-2 Advªs Hamilton Pereira/outra
Apelação 46.018-0(ER/PC)1ª/3ª proc 505/90-6 Advª Nadja M.G. Rodrigues
Apelação 46.038-3(HE/PC)Aud 9ª proc 506/90-6 Adv Jorge A. Siufi
Apelação 46.057-0(ER/PC)Aud 5ª proc 502/90-8 Adv Edgar L. dos Santos
Apelação 46.144-4(HE/EG)Aud 5ª proc 511/90-7 Advª Anne E.N. de Oliveira
Cor Parcial 1.380-5(RA)2ª Ex proc 5/90-2
Apelação 46.081-0(WL/AF)Aud 11ª proc 47/89-5 Adv Américo José da Cruz
Apelação 45.612-0(RA/ST)1ª Ex proc 25/88-3 Advª Clarice do N. Costa
Apelação 46.159-0(WL/EG)Aud 7ª proc 7/90-3 Advª Ivone S. de Carvalho
Apelação 46.051-0(GB/PC)3ª/3ª proc 509/90-8 Adv Zeni A. Arndt

Aguardando decurso de prazo:

Embargos 45.568-3(ER/ST)Aud 10ª proc 08/87-4 Adv Antonio J.P. Rosa,
Apelação 46.118-3(GB/AN)3ª Ex proc 08/89-1 Advªs Marilena S. Bittencourt/outra
Rec Crim 5.939-9(JS)Aud 12ª proc 07/90-3 Adv João T. Luchsinger
Apelação 46.105-3(RS/ST)2ª Mar proc 514/89-4 Adv Tania S. Nascimento
Apelação 46.109-6(HE/ST)2ª/3ª proc 503/90-1 Adv Marcelo Martinelli
Apelação 46.119-1(EG/WL)Aud 8ª proc 02/90-0 Advª Américo L.S. Leal/outra
Apelação 46.041-3(ER/AF)3ª/3ª proc 503/90-0 Advª Zeni A. Arndt
Apelação 46.074-0(HE/ST)3ª/2ª proc 504/90-1 Adv Reinaldo S. Coelho
Rec Crim 5.950-0(ER)2ª Ex proc 10/90-6 Adv Teresa S. Moreira
Apelação 46.158-4(LL/ST)2ª/3ª proc 508/90-3 Adv Marcelo Martinelli
Apelação 46.113-4(LL/ST)Aud 11ª proc 536/90-3 Adv Alexandre L. Rocha

Apelação 45.841-7(LL/ST)Aud 11ª proc 05/89-0 Advªs Afonso Claudino/outra
Apelação 46.141-8(WL/EG)Aud 6ª proc 02/90-3 Adv Sergio Habib e outro

Aguardando publicação:

Apelação 46.157-6(WL/AN)1ª/3ª proc 519/90-7 Advª Benedita M. da Silva
Apelação 46.115-9(WL/AN)Aud 4ª proc 02/90-7 Advª Samaritana S. Correia
Apelação 46.160-6(GB/EG)Aud 10ª proc 503/90-5 Adv Carlos H.R. Cruz

SUELY MATTOS DE ALENCAR
Secretária do Tribunal

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 119 - PROCESSOS POSTO EM MESA:

- **APELAÇÃO Nº 46.099-5** - Relator Ministro Luiz Leal Ferreira. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Adv Dr Edgar Leite dos Santos.
- **APELAÇÃO Nº 46.177-0** - Relator Ministro Wilberto Luiz Lima. Revisor Ministro Paulo César Cataldo. Advª Drª Carmen Lucia Andrade de Montesinos.
- **EMBARGOS Nº 45.575-8** - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Eduardo Pires Gonçalves. Advª Drª Adelcy Maria Rocha Simões Corrêa.
- **INQUÉRITO ADMINISTRATIVO Nº 16-1** - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Adv Dr Alfredo Antonio Guarischi e Palma.

Ministério Público da União

Ministério Público do Trabalho

Procuradoria Regional do Trabalho

2ª Região

Relação Processual - relação dos pareceres remetidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região com pareceres.

Guia de remessa nº 143/90

RECURSO ORDINÁRIO

Proc.-02880015906

1ª Recorrente

Advogado

2ª Recorrente

Advogado

Proc.-02880091661

1ª Recorrente

Advogado

2ª Recorrente

Advogado

Proc.-02880119981

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc.-02890002998

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

2ª Recorrente

Advogado

2ª Recorrido

Advogado

Proc.-02890076649

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc.-02890076703

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc.-02890076738

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Proc.-02890087845

Recorrente

Advogado

Recorrido

Advogado

Parecer 165/90

Jorgete Salomão

Pedro Dada

Banco Real de Investimentos S/A e outro

Janice Agostinho Barreto Ascarl

Parecer 319/90

Valdomiro Lopes cavalcante

Carlos Alberto dos Anjos

Restaurante PErola do Atlantico Ltda

Riscall Abdala Elias

Parecer 164/90

Eldorado S/A Com Ind e Importação

Ruiter Bezerra Filho

Antonio Roberto Silvestre de Aquino

MARIANGELA Marques

Parecer 116/90

Antonio Ribeiro da Silva

Riscalla Abdala Elias

DRM Construções Ltda

Jose Eduardo Tavares da Costa

Mazzini Mão de Obra Temporaria Ltda

Roberto MEhanna Khamis

Condominio Edificio Lex Urbis

Jose Eduardo Tavares da Costa

Parecer 393/90

Pedro de deus Silva

Latifa Jose Abdo

Italforja Ind Metalurgica Ltda

Marcos Cintra Zarif

Parecer 395/90

JCJ E Prefeitura do Municipio de COTIA

Floralice do Carmo Nunes da Silva

Valmior Soares Mendes

Miguel Batista da Silva

Parecer 396/90

Centro Comunitario Cultural Sto Horacio

Jesus Canato

Maria Helena Barreto da Silva

Moacyr Collaco

Parecer 400/90

Gerson Santos Silva

Paulo Donizeti da Silva

Roberto Quedas

Amilcar Camillo

Proc.-02890087870	Parecer 401/90	Proc.-02900011072	Parecer 233/90
Recorrente	Viação Alpina Ltda	Recorrente	Cleide Rodrigues Camorena
Advogado	Antônio Russo Neto	Advogado	Samuel Solomca Junior
Recorrido	Jose Ivanildo da Silva	Recorrido	W Roth & Cia Ltda
Advogado	Airton Germano da Silva	Advogado	Pedro Ernesto Arruda Proto
Proc.-02890122152	Parecer 155/90	Proc.-02900011080	Parecer 234/90
Recorrente	Volkswagen do Brasil S/A	Recorrente	Industrial Levorin S/A
Advogado	Fernando Barreto de Souza	Advogado	AMancio Gomes Correa
Recorrido	Sind TBS Ind Met Mec Mat El SBC Diadema	Recorrido	Antonio Donizete de Oliveira
Advogado	Claudio Rodrigues Morales	Advogado	Samuel Solomca Junior
Proc.-02890130104	Parecer 287/90	Proc.-02900011099	Parecer 235/90
Recorrente	Jas Consultores s/C Ltda	Recorrente	RA Alimentação Ltda
Advogado	Wallace Zornig	Advogado	Maria Aparecida Vedovelli Alonso
Recorrido	Catho Progresso Profissional Coml Ltda	Recorrido	Roberto Leister
Advogado	Osmar da Silva Moreira	Advogado	Elias Jorge Djouayed
2ª Recorrente	Irandy de Souza Braga Filho	Proc.-02900011102	Parecer 236/90
Advogado	MARIA da Penha Santos Lopes Guimarães	1ª Recorrente	Margarete Pereira de Melo
Proc.-02890133251	Parecer 355/90	Advogado	LEandro Meloni
Recorrente	Indutrias Arteb S/A	2ª Recorrente	Ito Computação e Serviços S/C Ltda
Advogado	Ana Luisa do Amaral Pereira	Advogado	Jose de Souza
Recorrido	Geraldo Cezar Bezerra	Proc.-02900011153	Parecer 240/90
Advogado	Celso Tadeu Giusti	1ª Recorrente	Aldovrando Barcelos
Proc.-02890136897	Parecer 288/90	Advogado	João Carlos Casella
1ª Recorrente	Banco Bradesco S/A	2ª Recorrente	APC Skills Des REC Hum Sist Prod Ltda
Advogado	Norberto Capucci	Advogado	Octavio Bueno Magano
2ª Recorrente	Ana Lucia de Souza	Proc.-02900011196	Parecer 243/90
Advogado	João Jose Sady	Recorrente	Metalurgica Massino Ltda
Proc.-02890140916	Parecer 354/90	Advogado	Cirilo Oliveira
Recorrente	Carrefour Com e Ind Ltda	Recorrido	Luiza Catarina Turini Maggi
Advogado	Humberto Braga de Souza	Advogado	Paulo Fernando Leitão de Oliveira
Recorrido	Waldivino Cordeiro Rocha	Proc.-02900011218	Parecer 244/90
Advogado	Luzia Poli Quirico	1ª Recorrente	Volkswagen do Brasil s/A
Proc.-02890147627	Parecer 293/90	Advogado	Fernando Barreto de Souza
1ª Recorrente	L & S Corretora de Seguros LTda	2ª Recorrente	Sind TBS Inds MET Mec Mat El SBC Diadema
Advogado	Walter Cotrofe	Advogado	Ruy Rios da Silveira Carneiro
2ª Recorrente	Jose Carlos de Oliveira	Proc.-02900011226	Parecer 245/90
Advogado	Renato Mehanna Khamis	1ª Recorrente	Engemix S/A
Proc.-02890153724	Parecer 296/90	Advogado	Antonio Custodio Lima
1ª Recorrente	JCJ E Pref Municipal S.Bernardo do Campo	2ª Recorrente	Cicero Barbosa da Silva
Advogado	Ricardo Bury	Advogado	Wilson de Oliveira
2ª Recorrente	Antonio Aguillar	Proc.-02900011234	Parecer 246/90
Advogado	Paulo Sergio João	Recorrente	JCJ e Prefeitura Municipal do Guarujá
Proc.-02890154666	Parecer 284/90 (REQUISITADO)	Advogado	Róberto Mehanna Khamis
Recorrente	Banco Bradesco S/A	Recorrido	MARIO de Campos Amancio
Advogado	Eliane Volpini Marin	Advogado	Celso Eleuterio
Recorrido	Luiz Carlos Bernardino	Proc.-02900011242	Parecer 247/90
Advogado	Jose Geraldo Vieira	Recorrente	Norberto de Moraes
Proc.-02890157312	Parecer 174/90	Advogado	Nelson Leme Gonçalves
1ª Recorrente	Banco Nacional S/A	Recorrido	Oroga Glicerio Ltda
Advogado	Armando da Conceição Teixeira Ribeiro	Advogado	VALdemar GEo Lopes
2ª Recorrente	Alice Missato Ishio	Proc.-02900011250	Parecer 248/90
Advogado	Elzilar Aparecido Fernandes	Recorrente	Tirso Bosco Rocha Gonçalves de Alcantara
Proc.-02890169426	Parecer 252/90	Advogado	Maria Fernanda Ferrari Moyses
Recorrente	Ramão Benitez	Recorrido	GKW Fredenhagen S/A Equip Industriais
Advogado	Clovis canaelas Salgado	Advogado	Luiz Aparecido Ferreira
Recorrido	Rotaprint Equipamentos Graficos Ltda	Proc.-02900011269	Parecer 249/90
Advogado	Jose Granadeiro Guimarães	Recorrente	Lulica Industrial Ltda
Proc.-02900010890	Parecer 223/90	Advogado	Lia Teresinha Prado
Recorrente	União Metais Mercantil Indl Ltda	Recorrido	Natal Candido de Almeida
Advogado	Milton Francisco Tedesco	Advogado	Waldemar Gonçalves Cambauva
Recorrido	Mari ada Socorro Gomes da Silva	Proc.-02900011293	Parecer 251/90
Advogado	Dionea Lontra Pintp	Recorrente	JCJ (Prefeitura Municipal do Guarujá)
Proc.-02900010904	Parecer 224/90	Advogado	Roberto Mehanna Khamis
Recorrente	Empresa de Ônibus Vila Ema Ltda	Recorrido	Oswaldo Soares
Advogado	Jose Alvares Garcia	Advogado	Abner Di Siqueira Vavalcante
Recorrido	Jose Gedeon da Silva	Proc.-02900011307	Parecer 252/90
Advogado	Charles Frederico de Almeida pereira	Recorrente	Casa de Carnes Ipanema
Proc.-02900010912	Parecer 225/90	Advogado	Jorge Radi
Recorrente	Rogério LEMOS da Silva	Recorrido	Raimundo Nonato Rodrigues da Silva
Advogado	Marisa Rossi	Advogado	Vladimir Luiz de Moraes
Recorrido	Supermercados Tulha Ltda	Proc.-02900011315	Parecer 253/90
Advogado	Eliana dos Santos Queiroz	Recorrente	Brasilinvest Informatica Telecomunic S/A
Proc.-02900010920	Parecer 226/90	Advogado	PAulo de Tarso Moura Magalhães Gomes
Recorrente	Brugatti Empresa de Serviços Ltda	Recorrente	Edmir Pacheco da Silva
Advogado	Luiz Augusto Ottoni de Paula Santos	Advogado	Emmanuel Carlos
Recorrido	Jose Dionisio Braz	Proc.-02900011323	Parecer 254/90
Advogado	Claudio Lima	Recorrente	Polimax Concreto S/A
Proc.-02900010971	Parecer 227/90	Advogado	Niuton Moreira Miceno
Recorrente	Maria de Aguiar Lourenço pereira	Recorrido	Edivaldo Pedro da Silva
Advogado	Marilena Carrogi	Advogado	Ademir Garcia
Recorrido	Disparate Confeções Ltda	Proc.-02900011331	Parecer 255/90
Advogado	Dorival Fiorini	Recorrente	Cia Auxiliar de Viação e Obras
Proc.-02900011021	Parecer 228/90	Advogado	ADenilze BEchara de Rosa
Recorrente	Bartolomeu de Castro Lima	Recorrido	Juvenal Gomes Galvão
Advogado	Airton Trevisan	Advogado	Marisa Rossi
Recorrido	Prefeitura Municipal de Guarulhos	Proc.-02900011366	Parecer 258/90
Advogado	Gilmar Novellini	Recorrente	Sanyo da Amazonia S/A
2ª Recorrido	Walter Martins	Advogado	Luiz Vicente de Carvalho
Proc.-02900011048	Parecer 230/90	Recorrido	Joana D'Arc de Souza
Recorrente	Wdeberg Pereira Saraiva	Advogado	Geraldo Egydio Filho
Advogado	Flavio Poyares Baptita	Proc.-02900011374	Parecer 259/90
Recorrido	Ford Ind e Com Ltda	Recorrente	Concrepedra Construções Com Ltda
Advogado	Octavio Bueno Magano	Advogado	Pedro Paulo de Rezenda Porto
Proc.-02900011056	Parecer 231/90	Recorrido	Jose de matos Rocha
Recorrente	Industrial Levorin S/A	Advogado	Miekq Endo
Advogado	Amancio Gomes Correa	Proc.-02900011412	Parecer 260/90
Recorrido	Aparecido Carlos de Oliveira	Recorrente	TEcmold Ind e Com de Moldes Ltda
Advogado	Paulo Nobuyoshi Watanabe	Advogado	Antonio Bonival Camargo
Proc.-02900011064	Parecer 232/90	Recorrido	Francisco dos Santos
Recorrente	Sew do brasil Motores Redutores Ltda	Advogado	Marisa Rossi
Advogado	Carlos Jose Oliveira Trevisan	Proc.-02900011463	Parecer 264/90
Recorrido	Jose Garcia	1ª Recorrente	Hugo Alberto Soares Lima
Advogado	Orlando Cruz Leite	Advogado	Esly Schettini Pereira
		2ª Recorrente	Viação Aerea de São Paulo S/A VASP